

PROBLEMATIZANDO A APLICAÇÃO DA PROVINHA BRASIL: O CASO DE ESCOLAS INDÍGENAS DOURADENSES

Elisângela B. Manfré Moreira- UFGD⁸⁸
Maria Ceres Pereira- UFGD⁸⁹

RESUMO

Levando em consideração a grande extensão da fronteira brasileira em relação aos demais países da América do Sul, percebe-se uma rica diversidade linguística, o que caracteriza essa população como indivíduos bilíngues/plurilíngues. Mediante panorama complexo, temos a região oeste de Mato grosso do Sul com participação ativa. Com a segunda maior população indígena do Brasil, perdendo apenas para o estado do Amazonas, têm-se o contato de inúmeras línguas indígenas. Destaca-se que, na cidade de Dourados há uma população de quase catorze mil indígenas distribuídas em três etnias, Guarani, Kaiowá e Terena. A reserva indígena está localizada nos limiares da zona urbana desta cidade devido seu desenvolvimento, conseqüentemente as línguas estão em constante contato. Mediante cenário linguístico o RCNEI- Referencial Curricular Nacional Escolas Indígenas- traz uma proposta de ensino específico e diferenciado para as escolas indígenas, e que a língua indígena deve ser a língua de instrução curricular. Todavia a Provinha Brasil, avaliativo do INEB, que tem como propósito diagnosticar o nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras, também aplicada nas escolas indígenas, tem demonstrado baixos índices, e tem como pressuposto de que a língua possa ser um motivador para o (des)entendimento desse material. Portanto a pesquisa visa analisar os documentos e se propõe a gerar subsídios para futuras avaliações em contextos sociolinguisticamente complexos, ampliando estudo realizado por Figueiredo (2012) no mesmo Programa de Mestrado em Letras.

Palavras-Chave: Provinha Brasil, bilinguismo, contexto indígena

Introdução

Grande parte da população brasileira ignora a imensa diversidade de povos que residem nesse país, imigrantes oriundos de outros, inclusive do outro lado do Oceano Atlântico. Mas como também de países vizinhos ao nosso país. Nesse contexto não se pode esquecer os povos indígenas que vivem no país desde antes da chegada dos colonizadores. Calcula-se que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Atualmente encontramos no território brasileiro 234 povos, falantes de mais de 180 línguas diferentes. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 673 Terras Indígenas, de norte a sul do território nacional. Conforme dados do

⁸⁸ Elisângela Benites Manfré Moreira. Mestranda em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD – Linguística e Transculturalidade Bolsista CAPES– manfreelisangela@hotmail.com

⁸⁹ Orientadora: Maria Ceres Pereira- UFGD- mcersp@gmail.com

mesmo site, a população indígena no Brasil atual estaria estimada em 600 mil indivíduos, sendo que deste total cerca de 450 mil vivem em Terras Indígenas.

Mediante cenário, pode-se conceituar como complexo devido a grande variedade lingüística e cultural que envolve esse cenário. Nele pode-se encontrar o uso das várias línguas, o uso de dialetos, manifestação de diferentes culturas, das crenças existentes em cada cultura, além das atitudes em relação ao “diferente”.

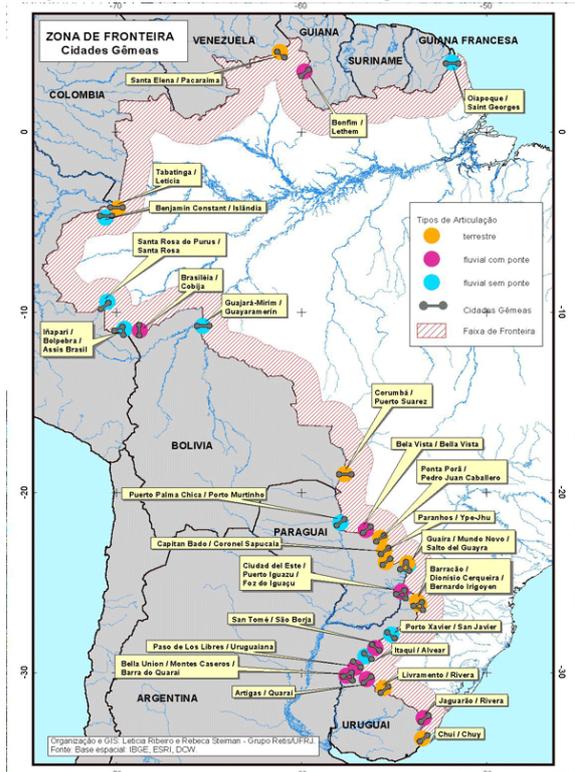
Esse cenário definido sociolinguisticamente complexo (PEREIRA, 2002) é bastante vigente no estado de Mato grosso do Sul, visto que se localiza em uma região fronteira, política e etnograficamente. No que diz respeito às fronteiras geopolíticas Mato grosso do sul faz divisa com Paraguai, e Bolívia e com suas fronteiras étnicas possui a segunda maior população de indígenas do Brasil, perdendo apenas para o Amazonas. Somente na região de Dourados, segundo dados da FUNAI/FUNASA há uma população de aproximadamente 14.000 indígenas em suas três etnias: Kaiowá, Terena e Guaraní. Se essa população está em constante convívio, consequentemente as línguas também estão.

A fronteira política mais próxima de Dourados é Pedro Juam que faz fronteira com a cidade gêmea de Ponta Porã. Por possuir um limite fronteira seco entre as cidades, o ir e vir se faz de modo simultâneo entre brasileiros e paraguaios, o que configura não um limite, mas uma borda sempre a ser explorada por habitantes de ambos países.

Essa troca simultânea se dá pelo comércio paraguaio possuir mercadorias de baixo valor, muito visado pelos brasileiros. Mas que pelos paraguaios de baixa renda seus pertences são quase sempre comprados do lado brasileiro por serem vendidos de forma parcelada, facilitando o pagamento.

Quanto à formação, as escolas brasileiras são bastante visadas pelos paraguaios, os pais dessas crianças buscam a escola brasileira no intuito destes aprenderem a língua portuguesa. Já em contrapartida, os brasileiros após terminarem o ensino médio, buscam uma formação nas universidades paraguaias, principalmente para o curso medicina.

Mapa 1- fronteira brasileira: cidades gêmeas



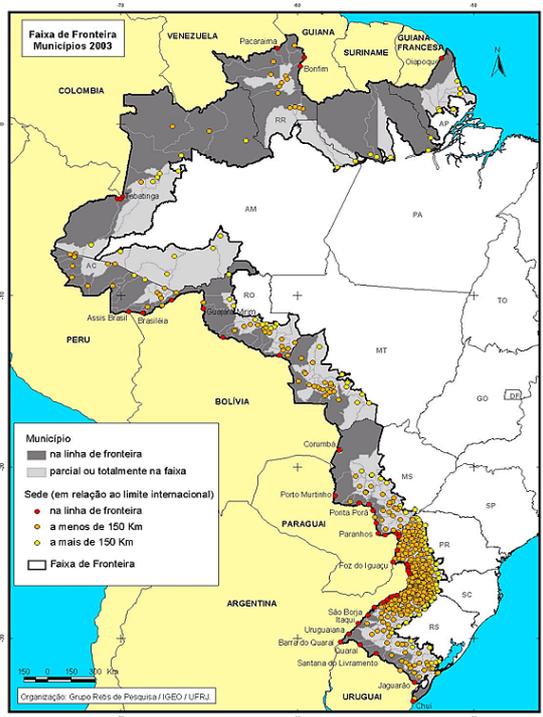
Situando as Fronteiras

De acordo com dados do IBGE, com uma fronteira de aproximadamente 16.886 quilômetros, o Brasil possui limites geográficos com nove países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e Guiana. O Brasil é o quinto maior país do mundo em área descontínua: tem 1,7% das terras emersas e ocupa 47% da América do Sul.

Nesse cenário fronteiriço, há cerca de quinhentos oitenta e cinco mil alunos e aproximadamente vinte e oito mil professores (PEREIRA,2002) o que justificam o olhar investigativo na relação língua, cultura e escola. Pois essas são fronteiras que vão além do espaço geográfico. As fronteiras étnicas e onde pequenos grupos se reúnem e vivem, preservando sua cultura e dentre esses a sua língua de “berço”.

Somente na região de Dourados, segundo dados da FUNAI/FUNASA há uma população de aproximadamente 14.000 indígenas em suas três etnias: Kaiowá, Terena e Guaraní. Todos segregados em duas aldeias indígenas nos limiares da área urbana de Dourados as aldeias Jaguapiru e Bororó. Desse modo se essa população está em constante convívio, consequentemente as línguas também estão, com os indígenas e não indígenas.

Mapa 2 - Faixa de fronteira:



Conforme pode se observar através do mapa há muitas cidades localizadas em zona de fronteira o que propicia grande contato entre as línguas nesse cenário fronteiriço, juntamente com o aspecto sociocultural configurando o que chamamos de sociolinguisticamente complexo. Pois além do ir e vir das pessoas o uso das línguas utilizadas por esses indivíduos, dependerá do local em que ele se encontra. E mesmo mediante cenário o Brasil é considerado como um país monolíngue, mas esse conceito não condiz com a realidade do nosso país, só em relação às línguas indígenas, são cerca de 180 línguas faladas no Brasil, além das faladas nas comunidades italianas, alemãs, japonesa, entre outros.

Com tamanha diversidade linguística nesse espaço fronteiriço, pensa-se como se trabalhar com a língua portuguesa nesses contextos, onde a língua materna de alguns povos, não é necessariamente a língua portuguesa, a língua oficial do Brasil. Como é o caso dos indígenas do município de Dourados que além viverem em uma região considerada urbana, ainda preservam a sua língua de berço, a língua indígena, mesmo estando em contato direto com a comunidade não indígena e conseqüentemente com a sua língua, ou seja, a língua portuguesa.

Dourados no cenário sociolinguisticamente complexo

Dourados é um município da região sul de Mato Grosso do Sul. Neste município há uma população significativa de indígenas das etnias Guarani (Kaiowá/Ñhandeva) e Terena. Segundo registros de nascimento no posto da FUNAI, na própria aldeia, há próximo a 14.000 indígenas. A densidade populacional é indiscutivelmente grande. E há que se levar em conta que nas escolas das aldeias há escolas indígenas. Em Dourados são seis escolas municipais e uma de autarquia estadual. Tendo em vista, pois, este cenário, a proposta deste trabalho se volta para este contexto que categorizamos como sociolinguisticamente complexo.

O que se percebe a partir de um simples olhar é uma evasão de alunos das escolas indígenas. Isto porque, o afunilamento é muito grande se considerarmos o ingresso nas séries iniciais e o final do ensino fundamental. Assim, parece haver ou um índice relevante de desistência ou de repetência. Enfim, é preciso averiguar as razões que causam a diminuição de alunos nas séries mais avançadas. Uma das questões seria a de estudar a avaliação.

Considerando o exposto acima, estabelecemos como proposta fundamental partir de dados censitários sobre as escolas indígenas segundo o que:

O Censo Escolar Indígena realizado em 1999 e o MEC levou dois anos para publicá-lo. Isso ocorreu no final de 2001. Foi o primeiro e único levantamento estatístico de caráter nacional sobre as escolas indígenas, que permitiu pela primeira vez conhecer as características das escolas localizadas em terras indígenas, coletando informações gerais sobre escolas, professores e estudantes indígenas em todo o país. A partir deste levantamento foi possível traçar um primeiro panorama da situação da educação escolar indígena no Brasil. A partir daí o INEP/MEC responsável pelo levantamento de dados e indicadores da educação no Brasil, incluiu duas perguntas no censo escolar, que é realizado anualmente em todas as escolas do Brasil, sejam elas públicas ou privadas. Luis Donisete Benzi Grupioni (sítio eletrônico consultado em 09/09)

Esta referência evidencia a necessidade de atualização dos dados, principalmente porque, hoje, provavelmente haja mudanças significativas em relação às escolas indígenas. Sendo assim, atualmente a política educacional tem demonstrado “maior preocupação” com os grupos sociais menos privilegiados, no tocante aos espaços que estes podem (não) ocupar na sociedade. No entanto cabe através dessa pesquisa evidenciar de que a língua pode ser motivador para o (des)entendimento dos alunos, cuja consequência são os baixos resultados nas avaliações. Assim, este plano de estudo propõe estudar as avaliações e, desta forma, gerar elementos para futuras avaliações em contextos sociolinguisticamente complexos.

RCNEI- Referencial Curricular Nacional Escolas Indígenas

A educação indígena do município de Dourados é sustentada por uma educação específica e diferenciada como propõe o RCNEI. O referido documento deixa claro que a educação indígena deve respeitar a diversidade lingüística e que a língua de instrução de ser a língua de berço dos mesmos, levando em consideração os aspectos socioculturais:

O Artigo 210 do texto constitucional em vigor, assegura as comunidades indígenas, no ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngüe em suas escolas. O Artigo 215 define como dever do estado a proteção das manifestações culturais indígenas. a escola, assim, como instrumento de valorização de saberes e processos próprios de criação e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras.

O Decreto Presidencial nº26 de1991, atribui ao MEC a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenado as ações referentes aquelas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino.(RCNEI,2005. p. 32)

O RCNEI/Indígena(2005), reúne fundamentos políticos, históricos, legais e antropológicos de uma proposta educação indígena entendida como “projeto de futuro e de escola que queremos”. Todavia o documento tem como fundamento e meta o respeito à pluralidade e à diversidade, pois como se sabe o Brasil é um país com sociedades indígenas tão diversas. O RCNEI não é um documento curricular pronto para ser utilizado como um “caderno de receitas” de aulas, e sim é um referencial para subsidiar e apoiar os professores na tarefa de invenção e reinvenção continua de suas práticas escolares, ou seja, o ensino/aprendizagem que se dará de acordo com a situação de cada ambiente escolar, seus membros, sua língua, sua cultura, seus valores com mecanismos de educação tradicional de cada povo indígena, sem deixar de lado o conhecimento da cultura, da língua dos valores dos não índios.

Esse processo educativo próprio das sociedades indígenas traz uma grandiosa soma de experiências escolar entre índios e não índios, essa relação entre conhecimentos com as demais culturas deve se articular construindo uma possibilidade de informação e divulgação nacional de saberes e valores importantes que até então era desconhecidos.

Essa democrática relação igualitária entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado, chama a atenção para as contribuições que a educação escolar específica e diferenciada pode dar exercício da sociedade indígena. Esse sistema nacional de educação para a escola indígena é um direito que deve ser assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio lingüístico, cultural e intelectual dos povos indígenas, que

deve ter a participação direta dos principais interessados, os povos indígenas, através de suas comunidades educativas.

Com a participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada. (RCNEI, 2005.p24)

No entanto o projeto propõe uma educação para as escolas indígenas com as seguintes características:

a) comunitária, ou seja, sua liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.

b) Intercultural: é necessário reconhecer e manter a diversidade cultural e lingüística, através de promoção de situações de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior a outra, estimulando o entendimento e o respeito entre os seres humanos de identidades étnicas diferentes.

c) bilíngüe/multilíngüe: as manifestações sócio-culturais das sociedades indígenas são na maioria dos casos manifestações através do uso de mais de uma língua. Mesmo que os povos indígenas que hoje são monolíngües em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como poderoso símbolo para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo um quadro de bilingüismo simbolicamente importante.

d) específica e diferenciada: concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena.

Portanto se a educação indígena é sustentada por um projeto de escola que deve levar em consideração aspectos socioculturais de cada povo, e que a língua de instrução destes, deve ser a língua utilizada por eles, ou seja, a língua de berço, indígena, logo pensa-se: Porque aplicar um avaliativo em uma comunidade indígena se essa não será em língua indígena? E quanto ao aplicador, é falante da língua indígena? E como apresentado no município de Dourados, há três etnias indígenas, conseqüentemente com línguas distintas. Esse aspecto foi levado em consideração?

Essas são algumas das questões levantadas e que serviram de norte no decorrer da pesquisa.

PROVINHA BRASIL

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica de nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras, possibilitando

aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado, e a partir dessas informações têm condições de intervir de forma eficaz no processo de alfabetização.

A Provinha Brasil é elaborada pelo Inep, e distribuída pelo MEC para todas as secretarias de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal. No intuito de todas as crianças da rede pública de ensino ter a oportunidade de participar do ciclo avaliativo.

O maior objetivo da Provinha é avaliar o nível de alfabetização dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental e diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita, o que possibilita o estabelecimento de metas pedagógicas para a rede de ensino e o planejamento de cursos de formação continuada para os professores, bem como o investimento em medidas que garantam melhor aprendizado, desenvolvendo ações imediatas para correções de possíveis distorções verificadas, corroborando para a melhoria da qualidade educacional e redução da desigualdade de ensino.

Dependendo do foco a Provinha pode ser aplicada pelo próprio professor da turma, ou por pessoas indicadas e preparadas pelas secretarias com a proposta de obter uma visão geral de cada unidade escolar.

A correção pode ser efetuada pelo professor da turma ou pelo aplicador do teste. Assim o professor poderá saber o nível de desempenho da sua turma de modo imediato. Da mesma forma, os resultados de cada turma poderão ser coletados e agregados, a fim de se ter um panorama da escola ou de toda a rede municipal ou estadual.

Com os resultados em mãos, é possível identificar qual o nível de alfabetização que os alunos se encontram. Já que no guia de correção são descritos os cinco níveis de desempenho.

PROVINHA BRASIL EM CONTEXTO SOCIOLINGUISTICAMENTE COMPLEXO

Todo esse percurso do avaliativo desde elaboração, aplicação, correção, é realizado como se todas as escolas, todas as turmas em que é aplicado o teste, são formadas por um público homogêneo. É como se todas as escolas estivessem nos domínios da zona urbana, sem levar em consideração as comunidades rurais, e seu ensino diferenciado pois em algumas regiões há ainda a presença das escolas multiseriadas, nem as diversidades étnicas presentes nesse cenário. Visto que conforme dados do Censo IBGE/2010 só a comunidade indígena em seus mais de 230 povos somam 869.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que correspondem aproximadamente a 0,47 % da população total do país.

Conforme apresentado anteriormente os dados dos referencias do IDEB, em relação ao ensino indígena tem demonstrado baixos resultados. Isso se deve que quanto à aplicação da Provinhas Brasil aos alunos indígenas uma avaliação de caráter nacional, com objetivos propostos a comunidade não indígenas, não se leva em consideração os aspectos culturais, sociais e lingüísticos da comunidade indígena. Todavia esses elementos podem ser fundamentais no momento de correção das avaliações.

Quando se propõe a aplicar uma avaliação a um povo indígena deve primariamente levar em consideração a língua por esses falada. Pois mediante observação dos primeiros dados obtido com a pesquisa, percebe-se que houve uma tradução, mas que não serviu para todos os indígenas, pois há nesse município mais de uma etnia indígena, ou seja, a tradução deveria ser feita especificamente para cada uma delas, o que não ocorreu.

Outro fator observado que necessita ser levado em consideração, são que os textos devem ser adaptados ao universo social e cultural do aluno indígena, pois em muitas questões apresenta situações vivenciadas por indivíduos não indígenas, o que poderia ter ocasionado confusão dos alunos no momento de escolha da resposta.

Considerações Finais

Se for para verificar o grau que se encontra a leitura e a escrita dessas crianças, todo o seu aspecto sociocultural deve ser levado em consideração, ter como objetivo a valorização da cultura indígena para que os alunos não percam a sua própria identidade. Portanto, Manfré (2012) deixa claro que a provinha quando chega à escola indígena, está em língua portuguesa, e apresenta fatos corriqueiros da cultura do não índio, (ex: festa junina) o que pode evidenciar algumas das confusões ocasionadas no momento da escolha da opção da resposta.

Na primeira fase da pesquisa, optou-se pela tradução para a língua indígena, mas não se levou em consideração a diversidade étnica presente no município, assim como não ocorreu a adaptação de textos e imagens para o contexto cultural do aluno indígena. Conseqüentemente os resultados não foram tão positivos quanto se esperava, das 20 questões, 13 com menos de 50% de acertos e nenhuma questão com 100% de acerto.

Na segunda intervenção, houve a tradução respeitando a diversidade linguística além dos aspectos culturais do índio. O que conseqüentemente ocasionou em resultados positivos em relação aos problemas encontrados. De acordo com Figueiredo (2013), os dados da provinha elaborada de acordo com o contexto cultural e em língua indígena obteve um avanço de quase 90%, pois das 20 questões 6 apresentaram 100% de acertos e apenas 3 com menos de 50%, ou seja das 20 questões 17 estiveram acima da média. Portanto, fica evidente que a língua era, ou

ainda é o principal motivador para o desentendimento do material por parte dos alunos indígenas.

REFERÊNCIAS

BORTONI RICARDO, Stella Maris. Educação em Língua Materna. São Paulo: Parábola, 2004

MANFRÉ, E.B.M. Um estudo linguístico dos indicadores avaliativos do Mec a alunos de escolas indígenas de Dourados/MS. 2012. Disponível em: www.enepe.xpn.com.br

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. Introdução às línguas indígenas brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico: Brasília INL, 1977.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. O falar bilíngue. Goiânia: Ed. UFG, 1999

SILVA, Fábio Lopes. MOURA, Heronides Maurílio de Melo. (org.). O Direito à Fala; 2.ed. Edi: Insultar, 2000.

RCNEI. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministerio da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília:MEC/SECAD 2005

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edi: Loyola, 2002

PEREIRA, M.C. O Português e as línguas de fronteira- Desafios para a escola. SIPLE 2010.Revista eletrônica: Disponível em www.siple.org.br

SITES CONSULTADOS:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Brasil

<http://portal.mec.gov.br/>

<http://provinhabrasil.inep.gov.br>

<http://redeglobo.globo.com/>

<http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>